



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

### SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL

*Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060*

#### CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE BENS

PELO DISTRITO FEDERAL nº 047/2017 -

SEPLAG, nos termos do Padrão nº 07/2002.

Processo nº 410.003.336/2016

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.230.476/0001-07, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por **MARCELO SOARES ALVES** portadora da cédula de identidade RG n.º 1.421.070, expedida pela SSP/DF, e inscrita no CPF/MF sob o n.º 610.221.601-68, na qualidade de Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - Substituto, conforme delegação de competência prevista no Decreto nº 37.641, de 16 de setembro de 2016, bem como no artigo 31 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, e de outro lado a empresa **COPERSON AUDIO E VIDEO LTDA**, com sede no SHCS/CL Quadra 412, Bloco B, sobreloja 27, CEP 70.278-520, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.648.642/0001-40, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **EDSON MUNDIN FILHO** portador da Cédula de Identidade n.º 308.980-SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 150.038.411-91, na qualidade de Procurador.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Projeto Básico e seus anexos (Doc. SEI nº 2325713), do Edital Licitação de Pregão Eletrônico Nº 57/2017-SCG/SEPLAG (Doc. SEI nº 2325834), da Nota Técnica nº 057/2017-AGERO/SCG/SEPLAG (Doc. SEI nº 2330395) contendo o Termo de Homologação e Adjudicação, da Proposta (Doc. SEI nº 2326331), e da Lei nº 8.666/1993.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de Sistema de Controle de Acesso (SCA), para a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, nas dependências do Edifício Anexo do Palácio do Buriti, de acordo com as condições e especificações estabelecidas no Projeto Básico e seus anexos (Doc. SEI nº 2325713), no Pregão Eletrônico Nº 57/2017-SCG/SEPLAG (Doc. SEI nº 2325834), na Nota Técnica nº 057/2017-AGERO/SCG/SEPLAG (Doc. SEI nº 2330395), na Proposta (Doc. SEI nº 2326331), e nos termos da Lei nº 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Especificações

4.1 A CONTRATA deverá fornecer e instalar os equipamentos para o Sistema de Controle de acesso (SCA) devidamente adequado à estrutura do edifício, conforme as condições integrantes do Projeto Básico e seus anexos (Doc. SEI nº 2325713), em conformidade com a tabela resumo dos elementos integrantes do citado projeto, bem como da Proposta (Doc. SEI nº 2326331):

**LOTE ÚNICO**

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	02	Catraca, modelo balcão, com UPS (nobreak), sem urna coletora (completa)	R\$ 17.500,00	R\$ 35.000,00
2	03	Catraca, modelo balcão, com UPS (nobreak) e urna coletora (completa)	R\$ 13.333,33	R\$ 39.999,99
3	02	Catraca, tipo PNE, com UPS (nobreak), sem urna coletora (completa)	R\$ 16.000,00	R\$ 32.000,00
4	05	Leitor e gravador (cadastrador) de cartões de proximidade, de mesa, padrão USB.	R\$ 1.600,00	R\$ 8.000,00
5	05	Câmera fotográfica para controle de acesso (webcam)	R\$ 460,85	R\$ 2.304,25
6	01	Rack padrão 19", 42U's, com patch panel descarregado modular 24 portas.	R\$ 5.781,00	R\$ 5.781,00
7	01	Servidor de controle de acesso (SCA), para rack, 1U.	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00
8	01	Monitor Led 21,5"	R\$ 769,00	R\$ 769,00
9	01	Switch Gerenciável, PoE, 24 portas 10/100/1000.	R\$ 7.884,80	R\$ 7.884,80
10	01	Nobreak 2KvA	R\$ 4.209,20	R\$ 4.209,20
11	3.500	Cartão de proximidade inteligente (smartcard), 13,56 Mhz, 8 Kbit.	R\$ 22,85	R\$ 79.975,00
12	100	Identidades digitais seguras para o controle de acesso físico utilizando dispositivos móveis.	R\$ 62,50	R\$ 6.250,00
13	01	Software de gerenciamento do controle de acesso.	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00

14	01	Serviço de instalação e configuração completa do sistema de controle de acesso.	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 273.173,24</b>

4.2 A Contratada deverá responsabilizar-se pelo fornecimento, frete, seguros, instalação e configuração dos equipamentos e softwares, sem ônus adicional para a Contratante.

4.3 A Contratada será responsável pela retirada do Sistema de Controle de Acesso (SCA) porventura existente no local.

4.4 Todos os equipamentos e softwares fornecidos deverão ser instalados e configurados pela Contratada, incluindo o material, mão-de-obra e ferramental, sem ônus adicional para o Contratante ou prejuízo para seus serviços.

4.5 O Sistema de Controle de Acesso (SCA), equipamentos e softwares, deverão possibilitar a integração com o Circuito Fechado de Televisão – CFTV.

4.6 A Contratada deverá fornecer todos e quaisquer materiais necessários a instalação, incluindo cabeamento, conectores, fontes, eletrodutos, mangueiras flexíveis, curvas, junções, abraçadeiras e demais materiais de infraestrutura pertinentes à instalação.

4.7 Todas as peças a serem utilizadas deverão ser novas e originais, conforme descrição do fabricante do equipamento, e serão apresentadas ao executor do contrato, para prévia aprovação.

4.8 A licitante vencedora deverá apresentar, juntamente com a sua proposta comercial os catálogos dos equipamentos constantes no Anexo I – Descritivo Técnico.

4.9 A instalação física dos equipamentos e os testes de funcionamento deverão ser realizados em dias úteis, no período de 8h às 18h, a não ser em casos excepcionais, previamente acordados com a Contratante.

#### **CLÁUSULA QUINTA – Do Valor**

5.1 O valor total do Contrato é de **R\$ 273.173,24 (duzentos e setenta e três mil cento e setenta e três reais e vinte e quatro centavos)**, conforme detalhamento na Cláusula Quarta- Das Especificações, devendo a importância ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente, em compatibilidade com o Plano Plurianual – 2016/2019, a Lei Orçamentária Anual para 2017, Lei nº 5.796, publicada em 29/12/2016 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 5.695, de 03/08/2016, conforme Declaração de Orçamento (Doc. SEI nº 2361336).

5.2 Será admitido o reajuste do valor do Contrato, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA apurado durante o período, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura, conforme Decreto nº 37.121/2016.

#### **CLÁUSULA SEXTA– Da Dotação Orçamentária**

A despesa correrá à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

I – Unidade Orçamentária: 32101

II – Programa de Trabalho: 04122600385177897

III – Natureza da Despesa: 449052 (2017NE01192) - 339030 (2017NE1193) - 339039 (2017NE01194)

IV – Fonte de Recursos: 100 (2017NE01192) - 178 (2017NE1193 e 2017NE01194)

O valor total do empenho é de **R\$ 273.173,24 (duzentos e setenta e três mil cento e setenta e três reais e vinte e quatro centavos)** dividido da seguinte forma: R\$ 144.948,24 (cento e quarenta e

quatro mil novecentos e quarenta e oito reais e vinte e quatro centavos) conforme Nota de Empenho nº 2017NE01192, R\$ 79.975,00 (setenta e nove mil novecentos e setenta e cinco reais) conforme Nota de Empenho nº 2017NE01193 e R\$ 48.250,00 (quarenta e oito mil duzentos e cinquenta reais) conforme Nota de Empenho nº 2017NE01194, todas sob o evento nº 400091, emitidas em 04/10/2017 na modalidade Global (Doc SEI nº 2616506).

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento**

7.1 O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pela Comissão Executora do Contrato.

7.2 Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I - Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal, disposto no artigo 4º do Decreto nº 6.106/2007;

II - Certificado de Regularidade perante o FGTS fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado nos termos da Lei nº 8.036/1990;

III - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade;

IV Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011, visando à comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

V – Outros documentos que venham a ser solicitados pela comissão de execução do contrato.

7.3 O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

7.4 Havendo erro na nota fiscal que impeça o pagamento da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

7.5 Passados 30 (trinta) dias da apresentação de Nota Fiscal, em condições de liquidação, sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

7.6 Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.7 Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I – a multa será descontada do valor total do respectivo contrato; e

II – Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.8 A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei 8.666/1993, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86, da Lei 8.666/1993.

7.9 A CONTRATADA com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou

superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto, deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011, alterado pelo Decreto de nº 36.135/2014, de 12/12/2014.

#### **CLÁUSULA OITAVA – Do Prazo de Vigência**

8.1 O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, admitindo-se a sua prorrogação nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízos das garantias constantes da Cláusula Nona- Da garantia.

#### **CLÁUSULA NONA – Da garantia**

9.1 Dos bens e Serviços:

9.1.1 Os bens e os serviços executados deverão ter prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega dos equipamentos instalados, com exceção do item 09 (switch gerenciável), que deverá possuir 36 (trinta e seis) meses de garantia a contar da data de entrega do equipamento instalado.

9.1.2 A solução do defeito apresentado nos equipamentos deverá ser realizada por conserto de peça defeituosa ou substituição por peça com características e qualidade iguais ou superiores. O prazo máximo para a solução do problema detectado não poderá ser superior a 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação pela contratante.

9.1.3 Decorrido o prazo de **07 (sete) dias úteis** e não satisfeita as condições estabelecidas no subitem anterior deverá a Contratada substituir o equipamento ofertado por outro com as mesmas características, em perfeitas condições de uso, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos a contar da data de recebimento da comunicação efetuada pela Contratante.

9.1.4 Durante o período de garantia, as despesas com a desmontagem, a montagem, a substituição de peças, de componentes ou do equipamento com um todo e o transporte para o atendimento das condições previstas neste item, correrão por conta da Contratada, não cabendo à Contratante quaisquer ônus.

9.1.5 A substituição de peças, componentes ou do equipamento que compõe o objeto deste Projeto Básico, deverá ser efetuada com material original novo, não recondicionado, recomendado pelo fabricante.

9.2 Da execução do Contrato:

9.2.1 Por ocasião da celebração do contrato, será exigido da CONTRATADA a prestação Garantia, no prazo de 15 (quinze) dias corridos após a assinatura deste, no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, perfazendo o montante de **R\$ 13.658,66 (treze mil seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos)**, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, art. 56, § 2º, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/1993, conforme item 10.6 do Edital de Licitação de Pregão Eletrônico nº 057/2017 – SCG/SEPLAG (Doc. SEI nº 2325834).

9.3 Toda e qualquer garantia prestada pela CONTRATADA:

a) somente poderá ser levantada 03 (três) meses após a extinção do contrato (art. 19, IN 2/2008-SLTI/MPOG, de 30 de abril de 2008), e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

b) a garantia prestada deverá ser renovada a cada prorrogação efetiva do contrato;

c) poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

d) ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

9.4 Sem prejuízo das sanções previstas na lei e no Edital, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N.E (nota de empenho) emitida.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – Da assistência técnica**

10.1 Durante o período de garantia, a CONTRATADA ou a fabricante dos equipamentos prestará serviço de assistência técnica e garantia especializada em Brasília-DF, nas modalidades on-site e remoto, com disponibilidade em dia e horário comerciais (de segunda a sexta-feira, exceto aos finais de semana e feriados, de 08h00 às 18h00), devendo ofertar uma Central de Atendimento que permita a abertura e acompanhamento de chamados técnicos a qualquer momento por parte desta Secretaria.

10.2 A Central de Atendimento deverá ser disponibilizada na forma de central telefônica e ou sítio da internet. No caso do sítio da internet, deverá ser fornecida conexão segura, através de mecanismo de autenticação de acesso (login e senha de acesso ou similar).

10.3 O chamado só será considerado concluído após o aceite formal por parte da Contratante, que se dará somente após comprovação do restabelecimento do funcionamento dos bens.

10.4 O aceite formal poderá ser efetuado por:

10.4.1 Meio eletrônico, através do sistema informatizado a ser disponibilizado pela Central de Atendimento;

10.4.2 Por ligação telefônica junto à Central de Atendimento;

10.4.3 Manualmente no relatório de atendimento técnico, nos casos de prestação de assistência técnica onsite.

10.4.5 A CONTRATADA ou a fabricante deverá manter registro dos chamados técnicos, contendo as informações básicas de cada chamado, tais como:

1. Data e hora de abertura;
2. Data e hora de início e término do atendimento;
3. Identificação do componente que sofreu intervenção, conserto ou substituição;
4. Descrição do problema;
5. Descrição da solução aplicada;
6. Identificação do funcionário da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão que atestou o fechamento do chamado.

10.5 Depois de concluído o atendimento de chamado técnico, a prestadora do serviço deverá emitir Relatório de Serviços de Assistência Técnica, constando no mínimo as informações listadas no subitem anterior.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da responsabilidade do Distrito Federal**

11.1 Constituem obrigações do Distrito Federal:

11.1.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Projeto Básico.

11.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização das obrigações da Contratada, através de

servidor especialmente designado.

11.1.4. Nomear Comissão, Executor e suplente do Contrato ou Convênio, quando necessário, dos quais serão incumbidos às atribuições contidas nas normas de execução orçamentária e financeira vigente, e Lei de Licitações 8.666/93.

11.1.5. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento e execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

11.1.7 Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades ou quaisquer débitos de sua responsabilidade.

11.1.6. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados da contratada às suas dependências, ao local de entrega do material, desde que devidamente identificados.

11.1.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto, mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada**

12.1 A Contratada obriga-se a:

12.1.1 Possuir técnicos devidamente qualificados/treinados pelos fabricantes dos Sistemas de Sistema de Controle de Acesso (SCA), para realização de instalação e testes de operação e responsável técnico por todos os serviços objeto deste Projeto Básico, com registro no CREA.

12.1.2 Apresentar relação com os nome (s) e número (s) de inscrição no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) do (s) Engenheiro (s) responsável (is) Técnico (os) pela implantação e instalação de todos os serviços do Sistema.

12.1.3 Entregar a contratante, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a ART, anotação de responsabilidade técnica, referente aos serviços executados, devidamente registrada no CREA-DF.

12.1.4 Executar todos os serviços de instalação dos sistemas, seguindo todos os padrões técnicos atendendo as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), bem como deverá obedecer rigorosamente a todas as Normas de Segurança no Trabalho, principalmente aos equipamentos de proteção individual de seus funcionários e isolamento correto dos locais onde os serviços serão executados.

12.1.5 Planejar, conduzir e executar por sua inteira e total responsabilidade, todos os serviços, objeto deste Projeto Básico, dentro das Normas de Segurança do Trabalho, Saúde e Meio Ambiente, vigentes e exigíveis por Decretos, Leis e Portarias.

12.1.6 Utilizar materiais de instalação como os cabeamentos da rede que atendem as especificações técnicas definidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), bem como atender as normas correspondentes de seus fabricantes, garantindo maior desempenho possível dos equipamentos.

12.1.7 Apresentar descrição completa de todos os serviços que serão realizados para implantação e instalação do Sistema.

12.1.8 Deverá ser responsável por fornecer e instalar todos os equipamentos, materiais e acessórios necessários à realização deste serviço. O dimensionamento dos materiais, equipamentos e acessórios a serem instalados será de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA que através da realização da vistoria/visita técnica poderá obter informações que lhe auxiliem na composição de seus custos.

12.1.9 Efetuar a entrega dos bens nas condições, no(s) prazo(s) e no(s) local(is) indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Projeto Básico e do Instrumento

Convocatório, acompanhado da respectiva nota fiscal eletrônica constando detalhadamente o preço, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.

12.1.9.1 Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

12.1.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990).

12.1.10.1 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **07 (sete) dias úteis**, o(s) produto(s) com avaria(s) ou defeito(s).

12.1.11 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerente ao objeto deste Contrato.

12.1.12 Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

12.1.13 Responder, integralmente, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento empreendido pelo CONTRATANTE.

12.1.14 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/1993.

12.1.15 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.1.16 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

12.1.17 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

12.1.18 Comprovar mês a mês, o efetivo recolhimento dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento dos empregados destinados para a prestação dos serviços.

12.1.19 Quando da assinatura deste a Contratada deverá apresentar declaração de assistência técnica, conforme condições previstas no item 10 e seus subitens constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 057/2017-SCG/SEPLAG.

12.2 A Contratada deverá realizar treinamento com a equipe designada pela Contratante, para uma turma de até 15 (quinze) pessoas, em até 30 (trinta) dias após a instalação completa do Sistema de Controle de Acesso (SCA):

12.2.1 O treinamento oferecido pela Contratada deverá ser ministrado pelos técnicos responsáveis pela implantação do sistema.

12.2.2 O treinamento deverá ser realizado nas dependências do Contratante.

12.2.3 O material didático deverá conter os procedimentos documentados de operação e manutenção definidos a partir dos manuais dos fabricantes.

12.2.4 Os treinamentos deverão possuir carga horária mínima de 20 (vinte) horas, cobrindo os seguintes tópicos:

12.2.4.1 Visão geral do sistema instalado;



12.2.4.2 Procedimentos para cadastramento de usuários;

12.2.4.3 Configuração e operação do sistema;

12.2.4.4 Emissão de relatórios.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do cronograma e locais de entrega**

13.1 O fornecimento e instalação dos equipamentos deverão ser realizados em até 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir da assinatura do instrumento de contrato.

13.2 Os equipamentos deverão ser entregues e instalados no Edifício Anexo do Palácio do Buriti, Térreo, Zona Cívico-Administrativa, Brasília-DF.

13.3 A Contratada deverá apresentar cronograma detalhado indicando todas as etapas de entrega dos serviços de implantação e instalação do Sistema.

13.4 Para a adequada execução de todos os serviços a serem realizados, a Contratada deverá elaborar um Plano de Trabalho do Sistema de Controle de Acesso (SCA), antes de iniciar a execução dos serviços, a ser aprovado pela Contratante, obedecendo sempre às normas técnicas, detalhando os componentes do sistema de controle de acesso, características lógicas e elétricas, memorial descritivo e os diagramas esquemáticos do cabeamento, com todo o detalhamento necessário.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Do recebimento e critério de aceitação do objeto**

14.1 Os bens serão recebidos:

14.1.1 Provisoriamente, a partir da entrega e instalação completa, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes deste Projeto Básico.

14.1.2 Definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, após verificação de sua compatibilidade com as especificações descritas no Projeto Básico e sua consequente aceitação mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes.

14.1.3 Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.2 No caso de reprovação do objeto, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de **07 (sete) dias úteis**.

14.3 O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

14.4 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço e/ou bem, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Alteração Contratual**

15.1 Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/1993, vedada a modificação do objeto.

15.2 A alteração de valor contratual decorrente do ajuste de preço, compensação ou penalização financeira, previstas no Contrato, bem como empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

15.3 Havendo a necessidade da CONTRATANTE, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme § 1º do artigo 65, da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Das Penalidades**

16.1 O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

16.1.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas neste contrato e no Edital de Licitação de Pregão Eletrônico nº 057/2017 – SCG/SEPLAG (Doc. SEI nº 2325834), em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, serão obedecidos no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Da Rescisão amigável**

O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do Art. 79, II, da Lei nº 8.666/93, mediante manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Da Rescisão**

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observados os dispostos nos arts. 78 e 79 da Lei nº 8.666/1993, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Dos débitos para com a Fazenda Pública**

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – Do Executor**

20.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão Executora ou representante da Administração, especialmente designado pelo Órgão Requisitante, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, encaminhando os apontamentos à autoridade competente e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos arts. 67 a 73 da Lei nº 8.666/1993 e dos Decretos nº 32.598/2010 e 32.753/2011, além das demais atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal;

20.2 O representante ou os membros da comissão gestora/executora do contrato deverá(ão) ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato;

20.3 Não obstante a Contratada seja única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos no edital e seus anexos, a Contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre o objeto contratado, por intermédio de Comissão Executora especificamente designada, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, podendo:

- I - Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;
- II - Exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da contratada que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;
- III - Determinar a reexecução dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento;

20.4 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto adquirido, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;

20.5 Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal, pela comissão executora designada, para efeito de pagamento;

20.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Da Publicação e do Registro**

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Do Foro**

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento para todos os fins de direito.

Pelo Distrito Federal:

---

**MARCELO SOARES ALVES**

Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - Substituto

Pela Contratante:

---

**EDSON MUNDIN FILHO**

Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO SOARES ALVES - Matr. 0271240-7, Secretário(a) de Planejamento, Orçamento e Gestão - Substituto(a)**, em 13/10/2017, às 15:56, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Edson Mundim filho, Usuário Externo**, em 20/10/2017, às 10:09, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **2753955** código CRC= **2ED27175**.

---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palacio do Buriti 9º andar - Sala 900 - Bairro Brasília - CEP 70075-900 - DF

---

0410-003336/2016

Doc. SEI/GDF 2753955